

ANTÓNIO DUARTE SANTOS
SANDRA RIBEIRO

MICRO ECONOMIA

Exercícios Propostos e Resolvidos

Exercita e testa os teus conhecimentos.
Prepara-te para provas de avaliação!



UNIVERSIDADE
AUTÓNOMA
DE LISBOA



EDIÇÕES SÍLABO

*«Let's work, be proud
Stand tall, touch the clouds
Man and woman, be free
Let's work, kill poverty.»*

Mick Jagger

Primitive Cool (Let's Work lyrics), 1987

Microeconomia

Exercícios Propostos e Resolvidos

ANTÓNIO DUARTE SANTOS
SANDRA RIBEIRO

EDIÇÕES SÍLABO

É expressamente proibido reproduzir, no todo ou em parte, sob qualquer forma ou meio, **NOMEADAMENTE FOTOCÓPIA**, esta obra. As transgressões serão passíveis das penalizações previstas na legislação em vigor.

Visite a Sílabo na rede

www.silabo.pt

Editor: Manuel Robalo

FICHA TÉCNICA:

Título: Microeconomia – Exercícios Propostos e Resolvidos

Autores: António Duarte Santos, Sandra Ribeiro

© Edições Sílabo, Lda.

Capa: Pedro Mota

Imagem da capa: © Pablo Scapinachis | Dreamstime.com

1ª Edição – Lisboa, janeiro de 2017

Impressão e acabamentos: Caflesa – Soluções Gráficas, Lda.

Depósito Legal:

ISBN: 978-972-618-870-4

EDIÇÕES SÍLABO, LDA.

R. Cidade de Manchester, 2

1170-100 Lisboa

Tel.: 218130345

Fax: 218166719

e-mail: silabo@silabo.pt

www.silabo.pt

Índice

Nota introdutória	11
--------------------------	----

Introdução

A natureza da ciência económica

0.1. Uma introdução à essência da teoria económica	15
0.2. O âmbito da ciência económica	17
0.3. Normas de bem-estar e economia positiva	19
0.4. A metodologia da economia	21
0.5. As características gerais dos modelos económicos	22

Capítulo 1

Conceitos e fundamentos económicos

1.1. Introdução	27
1.2. Conceitos económicos	29
1.3. Temas para revisão teórica	30
1.4. Questões de escolha múltipla	31
1.5. Problemas práticos	34

Capítulo 2

O funcionamento da economia

2.1. Introdução	39
2.2. Conceitos económicos	41

2.3. Temas para revisão teórica	42
2.4. Questões de escolha múltipla	43
2.5. Problemas práticos	45

Capítulo 3

Procura individual, procura de mercado e elasticidades

3.1. Introdução	51
3.2. Conceitos económicos	53
3.3. Temas para revisão teórica	54
3.4. Questões de escolha múltipla	54
3.5. Problemas práticos	56

Capítulo 4

A teoria da escolha do consumidor

4.1. Introdução	63
4.2. Conceitos económicos	65
4.3. Temas para revisão teórica	66
4.4. Questões de escolha múltipla	66
4.5. Problemas práticos	68

Capítulo 5

O comportamento da empresa e os custos de produção

5.1. Introdução	77
5.2. Conceitos económicos	79
5.3. Temas para revisão teórica	80
5.4. Questões de escolha múltipla	81
5.5. Problemas práticos	83

Capítulo 6

Consumidores, produtores e eficiência dos mercados

6.1. Introdução	91
6.2. Conceitos económicos	93
6.3. Temas para revisão teórica	94
6.4. Questões de escolha múltipla	95
6.5. Problemas práticos	98

Capítulo 7

Mercado e bem-estar social

7.1. Introdução	107
7.2. Conceitos económicos	109
7.3. Temas para revisão teórica	110
7.4. Questões de escolha múltipla	111
7.5. Problemas práticos	113

Capítulo 8

Externalidades e bens públicos

8.1. Introdução	119
8.2. Conceitos económicos	121
8.3. Temas para revisão teórica	122
8.4. Questões de escolha múltipla	123
8.5. Problemas práticos	124

Capítulo 9

Os mercados em concorrência perfeita

9.1. Introdução	129
9.2. Conceitos económicos	131

9.3. Temas para revisão teórica	132
9.4. Questões de escolha múltipla	133
9.5. Problemas práticos	135

Capítulo 10

O mercado de monopólio

10.1. Introdução	143
10.2. Conceitos económicos	145
10.3. Temas para revisão teórica	145
10.4. Questões de escolha múltipla	146
10.5. Problemas práticos	149

Capítulo 11

Os mercados de concorrência imperfeita: oligopólio e concorrência monopolística

11.1. Introdução	157
11.2. Conceitos económicos	159
11.3. Temas para revisão teórica	160
11.4. Questões de escolha múltipla	161
11.5. Problemas práticos	163

Capítulo 12

Mercados dos fatores de produção

12.1. Introdução	175
12.2. Conceitos económicos	177
12.3. Temas para revisão teórica	178
12.4. Questões de escolha múltipla	179
12.5. Problemas práticos	181

Resoluções

Capítulo 1	187
Capítulo 2	188
Capítulo 3	190
Capítulo 4	192
Capítulo 5	195
Capítulo 6	198
Capítulo 7	200
Capítulo 8	201
Capítulo 9	203
Capítulo 10	205
Capítulo 11	207
Capítulo 12	210

Bibliografia	213
---------------------	-----

Nota introdutória

O livro *Microeconomia – Exercícios Propostos e Resolvidos* pretende abordar um conjunto compreensivo de questões que abarca uma amplitude de tópicos que são transmitidos em cursos de introdução ao estudo de temas microeconómicos e à sua problemática. O livro apresenta os conceitos adequados ao nível introdutório da Microeconomia, não dispensando a consulta de outros elementos para os alunos mais interessados ou de níveis de estudo mais avançados que pretendam aprofundar as matérias tratadas.

O conteúdo prático composto por problemas e casos baseados em situações, embora simplificadas, da realidade, demonstra aos leitores a virtude da teoria microeconómica como ajuda e compreensão aos decisores públicos e privados dos vários setores da economia.

Procurámos definir, de forma resumida, conceitos fundamentais utilizados no estudo da microeconomia, contribuindo para a compreensão dos comportamentos económicos e competências racionais das unidades de consumo individuais, consumidores e produtores, e as relações entre eles através do sistema de preços e dos mercados.

Abordamos conceitos introdutórios relevantes, inerentes à aprendizagem dos temas microeconómicos, para percebermos que as unidades económicas individuais reagem a estímulos e possuem informação com base na qual assumem as suas decisões.

O resultado foi uma combinação de teoria económica introdutória com aplicações práticas assentes na racionalidade dos agentes económicos individuais e que essa realidade pode ser complementada. Este corolário é uma maneira de ilustrar, sucintamente, como a vida quotidiana apela à necessidade de averiguar e expor o conhecimento experimentado.

A edição do livro é constituída por doze capítulos, cada um estruturado em cinco partes.

A primeira parte de cada capítulo, para além de uma síntese teórica introdutória, diz respeito aos conteúdos teóricos utilizados.

A segunda parte incide sobre conceitos e definições económicas fundamentais abordados para a contextualização das aplicações práticas.

A terceira parte é constituída por um conjunto de temas para revisão teórica com o objetivo de praticar, dialogar e argumentar sobre os diversos assuntos de cada matéria em questão.

A quarta parte percorre questões de escolha múltipla para solucionar as respostas corretas, proporcionando também algum debate.

A quinta parte de cada capítulo é constituída por um bloco de problemas práticos, tendo por base a objetividade e a lógica.

O livro termina com um anexo composto pelas soluções e indicações resultantes dos casos apresentados para estudo e análise para cada uma das suas partes, por capítulo.

Sempre que seja o caso, optámos pela apresentação de citações com a respetiva tradução portuguesa de nossa autoria, mencionando, todavia, em notas de rodapé a versão da língua original dos autores consultados.

Nos temas tratados não existe uma coincidência com a realidade dos problemas, mas sim, várias abordagens que se revelam uteis para melhorar a perceção que temos da relatividade dos problemas económicos e sociais, subjetivos por natureza, com que nos defrontamos ao longo da nossa vida coletiva.

Todavia, dada a dinâmica do conhecimento científico, este manual está a todo o tempo sujeito a melhoramentos, com o objetivo de tornar o livro mais funcional e compreensivo, aperfeiçoando a sua informação e retocando o seu conteúdo.

Lisboa, julho de 2016.

António Duarte Santos

Sandra Ribeiro

Introdução

A natureza da ciência económica

«Defendo que não há nada de errado na típica metodologia económica descrita no primeiro capítulo de quase todos os manuais de teoria económica: o que está errado é os economistas não cumprirem o que pregam.»

Mark Blaug

(1994)

0.1. Uma introdução à essência da teoria económica

A vida humana pressupõe a existência de, pelo menos, bens materiais. A vivência em sociedade configura, na sua universalidade, fenómenos sociais dinâmicos com origem no ser humano. Pela sua própria condição, o Homem é um ser de necessidades, mas também o único capaz de ter consciência dessas necessidades, capaz de atos conscientes para a satisfação das mesmas.

Os processos decorrentes destas necessidades revelam-se, em primeiro lugar, através de impulsos específicos, aquilo a que chamamos «desejos», mais ou menos delimitados e intensos. Estes desejos determinam a procura de meios capazes de os satisfazer. Por sua vez, essa procura exige tempo e esforço para conquistar os referidos meios e esforços para os deter e utilizar. Na fase posterior, quando os desejos são satisfeitos, o Homem atinge um nível de satisfação (ou de dor, no caso contrário). Este sentido de utilidade como um conjunto de coisas úteis são chamadas bens. Para já, interessam-nos os bens económicos, ou seja, aqueles que exigem tempo e esforço para os obter.

A essência principal da ciência económica é a preocupação com a satisfação destas necessidades, para as quais necessita de bens e serviços, que para serem produzidos dependem da utilização de recursos. A escassez destes recursos constituiu o problema económico.

Neste seguimento, o objetivo da Economia consiste no estudo do conjunto de meios que permite produzir e distribuir bens e serviços em quantidade sempre mais elevada, com qualidade continuamente melhorada e numa escala cada vez mais vasta. Ao longo da História o escoamento destes fluxos de bens e serviços e os movimentos cíclicos da produção e da distribuição foram, e continuam a ser, dependentes de determinados centros de decisão. Este termo faz, por si só, realçar a existência de conflitos, mediações, relações de força, arbitragens, domínio de grupos ou setores e, em última instância, da própria disputa do poder político, social ou económico.

A Economia é uma ciência social que estuda o modo como os recursos raros são utilizados para a satisfação das necessidades e desejos das pessoas que vivem em sociedade. O termo *economia* deriva do grego *oikonomia*: de *oikos*, que significa *casa* e de *nomos*, que significa a *lei*, as *regras*, os *costumes*. Segundo Capul (2005:82), «etimologicamente, a economia ensinava, portanto, as regras de conduta em casa», afirmando ainda a sua «contraposição à política, cujo objetivo era a gestão da cidade» (Capul, 2005:82). Podemos, assim, afirmar que a Economia é metaforicamente o conjunto de regras do comportamento doméstico. A atividade inerente

a este comportamento implica gerir corretamente os bens, evitando desperdícios e despesas inúteis. Com o tempo, este comportamento passou da casa para o Estado, ou seja, alargou-se à sociedade no seu todo, embora esta seja um conjunto divisível.

Assim se passou a ter um grupo mais ou menos vasto de definições sobre o que é a Economia, da qual apresentamos a que foi dada por aquele que foi um dos grandes economistas de todos os tempos, Alfred Marshall¹:

«A Economia estuda a humanidade, como vive, como se movimenta e como pensa no âmbito das atividades do dia-a-dia. No entanto, a sua principal preocupação são os motivos que afetam grave e continuamente a conduta da humanidade em termos da gestão da sua vida diária.»

Com o alargamento do conceito de Economia ao comportamento de toda a sociedade humana, ela passou a ser entendida como a produção de bens e serviços que permite a satisfação das necessidades dos indivíduos. Pela raridade ou escassez destes bens e serviços, a sua produção acarreta limitações e a sua afetação levanta muitos problemas.

A ideia de escassez é, como se depreende, essencial para definir a atividade económica. O facto de os recursos serem raros sustenta a existência da ciência económica. A escassez implica opções, escolhas. A Economia é a ciência das escolhas ou opções. Estas são ótimas devido ao comportamento das pessoas: tentam obter o máximo de satisfação, utilidade ou proveito com o mínimo de esforço ou recursos possível. Daí que se afirme que os vários agentes económicos são racionais, porque fazem avaliações quando tomam as melhores opções.

A Economia preocupa-se com os indivíduos e com os grupos de indivíduos que qualifica como agentes económicos. As relações entre os vários agentes económicos fazem parte do processo económico que se desenrola dentro de uma determinada área geográfica. Estes definem-se pela sua personalidade jurídica. No caso de uma empresa, o economista atribui todas as decisões ao agente económico «empresa», mesmo sabendo que esta é constituída por várias pessoas que decidem, cada uma no seu setor ou área da organização: financeira, fornecedores, recursos humanos, comercial, aprovisionamento, estratégia, administrativa, fabrico, distribuição, património, etc. Igualmente, uma «família» é considerada um agente económico quer seja formada por uma ou mais pessoas. Não interessa ao economista o modo como o consumo é distribuído, assim como se desinteressa do que se

(1) «*Economics is a study of men as they live and move and think in the ordinary business of life. But it concerns itself chiefly with those motives which affect, most powerfully and most steadily, man's conduct in the business part of his life.*» (Marshall, 1890:14). Frase retirada da 8ª edição desta obra (Livro I, Capítulo II), que é considerada pela editora como a sua versão mais usada e citada.

produz dentro de uma empresa. O economista reúne de forma institucional e de modo relativamente acessível as famílias, as empresas e o Estado, em sentido lato, em função do modo como cada um destes grupos atua. Por outras palavras, o economista agrupa estas unidades individuais em grandes categorias institucionais, dentro de cada economia, de acordo com a forma como cada um se comporta. O conceito de agente económico definido por Giovannini¹ revela bem a importância para a sua compreensão:

«A definição de agente económico é absolutamente fundamental na determinação da natureza dos processos económicos: *agente económico* refere-se a uma pessoa ou entidade legal que desempenha um papel ativo num processo económico. Um agente económico pode ser, então, um consumidor individual que compra bens e serviços, uma empresa que organiza fatores de produção para gerar rendimento, um/a trabalhador/a que fornece a sua força de trabalho num processo de produção, etc.»

Embora seja difícil ou até inadequado fazer uma distinção rígida entre microeconomia e macroeconomia, a realidade evidencia alguma tradição no estudo separado do vasto conjunto de temas de que a Economia trata.

0.2. O âmbito da ciência económica

A realidade social, originária dos fenómenos sociais que resultam das múltiplas relações que se estabelecem entre os seres humanos, é de extrema complexidade. A realidade não se experimenta. Ela vive-se. A vida do Homem em grupo é uma característica elementar do social. O social, desfecho final mas não estacionário das relações sociais, é um simples ponto no eixo contínuo dos tempos. Os fenómenos sociais representam uma variedade de relações que constituem o resultado permanente da existência de uma sociedade. Os fenómenos sociais de dado momento ligam-se geneticamente aos dos momentos precedentes e têm entre si os micro-organismos do que serão em momentos posteriores. São variados os aspetos do social, mas não são separáveis porque o social é um só, é um todo, embora esses

(1) «*The definition of economic agente is therefore absolutely fundamental in determining the nature of the economic processes: economic agente refers to a person or legal entity that plays an active role in an economic process. An economic agent can therefore be an individual consumer who purchases goods and services, an enterprise that organises factors of production to generate income, a worker who provides his or her labour in a production process, etc.*» (Giovannini; 2008:24).

aspectos sejam distinguíveis para uma mais inteligível capacidade de análise. É desta multiplicidade das relações sociais que se identifica a complexidade crescente do social, decorrendo daí um vasto conjunto de aspectos socialmente distinguíveis. Essa é a origem da ramificação progressiva das Ciências Sociais, ou seja, das Ciências do Homem em grupo.

Dentro das Ciências Sociais, a Economia é uma parte bem definida, muito embora existam áreas de fronteira entre elas que se sobrepõem e se inter-relacionam. A ciência social, em sentido lato, consiste no estudo da globalidade do comportamento social do Homem. A sua extensão é tão grande que se subdivide em vários ramos científicos para conhecer em profundidade todos os aspectos do comportamento humano. E para se promover uma compreensão e obter uma lógica ampla do comportamento social, existe, e até se impõe, a necessidade de cooperação interdisciplinar no estudo comparativo entre estes campos científicos. A própria utilização da matemática tem permitido e estimulado a linguagem e a lógica desta cooperação interdisciplinar e facilitado a sua compreensão.

O centro de estudo da Ciência Económica consiste no método de afetação de meios físicos e humanos escassos, ou seja, os recursos, entre fins alternativos. A necessidade de afetação de recursos leva a que permanentemente se estabeleça uma imposição em fazer escolhas ou opções tendo por base decisões inevitáveis. E ao decidirmos sobre qualquer coisa estamos a prescindir de outras, isto é, estamos a sacrificar diferentes escolhas ou opções igualmente válidas.

Este método leva a Economia a alcançar um objetivo: o ótimo ou o máximo possível por parte dos agentes económicos. As motivações fundamentais dos vários agentes económicos são a maximização da sua satisfação, para uns, e a maximização do lucro para outros. Assim, o processo combinado da produção e da troca é aquele em que um conjunto de recursos distribuídos entre agentes económicos é transformado num conjunto de bens e serviços.

O combinado destes bens e serviços é posteriormente afeto aos vários agentes económicos. Estes objetivos permitem ao economista estudar e analisar de forma sistemática o comportamento económico individual. Isto torna os comportamentos dos agentes económicos, em grande parte, competitivos e os seus objetivos, conflituantes entre si, são os responsáveis pela produção de bens e serviços económicos. Ao procurar-se resolver esta dicotomia de interesses e objetivos tornou-se a Economia numa Ciência Social, assentando as suas preocupações individuais e sociais no alcance do bem-estar de uma comunidade ou sociedade.

Cada agente económico individual conduz o seu comportamento no sentido de prosseguir o seu próprio interesse. Este conjunto de ações resultantes de decisões individuais acaba por beneficiar a sociedade como um todo. O filósofo escocês

Adam Smith (1723-1790), pioneiro da economia política, foi o primeiro estudioso a escrever sobre esta descoberta das relações numerosas entre estes comportamentos individuais antagónicos. Foi ele que deu origem à Ciência Económica através da sua obra intitulada *Inquérito sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*, publicada em 1776. Esta obra magna de Adam Smith foi publicada quando decorria a Revolução Industrial em Inglaterra e em que esta arrancava para o crescimento económico moderno, como país precursor deste processo de desenvolvimento e que se iria generalizar ao resto do mundo.

Assim, importa que na análise dos aspetos económicos, que são parte dos aspetos sociais, se não deixe de ter sempre presente o homem-indivíduo como ponto de partida elementar e termo final de referência. A Ciência Económica corresponde, portanto, à análise e interpretação desses aspetos, isto é, ao ponto de vista económico sobre a vivência social do Homem.

0.3. Normas de bem-estar e economia positiva

Considerando os bens e serviços económicos como meios e as motivações dos vários agentes económicos como objetivos, então esta discussão leva-nos à distinção entre economia normativa (normas de bem-estar) e economia positiva (política económica).

As normas objetivas para uma sociedade não podem ser estabelecidas pelos economistas. O economista, na sua tarefa de economista, não pode determinar e fixar metas ou objetivos sociais. Pode fazê-lo como cidadão ao votar uma certa medida que vise melhorar a redistribuição do rendimento.

Por exemplo, um economista, enquanto tal, não deve dizer que para compensar a subida das taxas de juro deverá ser estabelecido um subsídio governamental aos cidadãos no sentido de manterem um nível de rendimento mínimo. Como cidadão pode votar e ser favorável ou não a este tipo de legislação. A preocupação essencial do economista é positiva, e não normativa. O economista pode, analisando o problema, indicar a forma mais eficiente para atingir o objetivo desejado em termos de redistribuição do rendimento dentro de uma sociedade e no âmbito de um objetivo social concreto.

E, neste sentido, podemos afirmar que este livro se preocupa com os aspetos positivos da análise económica e não com as decisões de carácter normativo que uma sociedade deve ou não adotar.

Face ao relatado, é tanto possível quanto desejável testar permanentemente as hipóteses deduzidas e, deste modo, testar igualmente o conjunto de axiomas que são subjacentes à teoria económica. Para os positivistas, a teoria está primeiro do que a pesquisa empírica ou estatística, no sentido de aferir os resultados da teoria face à realidade. Estes teóricos tomam o mundo real como sendo o objeto de estudo, procurando explicar os fenómenos económicos que são observados. Eles investigam com o objetivo de determinar como os recursos são de facto alocados numa economia.

Uma análise bem diferente da pura teoria económica é a análise normativa, que se centra numa posição moral circunscrita *ao que devia ser feito*. Debaixo do domínio da análise normativa, os economistas têm um desafio enorme ao terem de se pronunciar sobre como os recursos *deveriam ser* alocados. Por exemplo, o economista deve saber como medir os custos e os benefícios destinados a mais recursos a afetar aos cuidados de saúde. O economista pode investigar *porquê e como* a indústria da saúde utiliza correntemente as quantidades de capital, trabalho, terreno e tecnologia que são provisionados para prestar cuidados de saúde. Mas quando o economista advoga que mais recursos deveriam ser afetos à saúde, ele está implicitamente a virar-se para uma análise normativa.

Se os economistas adotarem a hipótese da maximização do lucro para as empresas porque é o que parece explicar a realidade, então eles estão a realizar uma análise positiva. Os economistas que argumentam que as empresas deviam maximizar o lucro estão a assumir uma posição que é normativa.

A economia positiva trata da teoria e da análise económica, isto é, versa sobre o que *acontece* ou, dito de outro modo, consiste no estudo científico ligado ao comportamento humano e dos agentes económicos. A economia normativa debruça-se sobre os juízos de valor, ou seja, sobre o que *deve ser*. Estes juízos de valor dependem das opiniões de cada um sobre o que é bom ou melhor e o que é mau e pior. Deste modo, estas opiniões estão inventariadas na nossa formação cívica e educacional, especialmente nas áreas da filosofia, da religião e da cultura.

Assim, podemos afirmar que os juízos normativos dependem dos nossos juízos de valor ou, por outras palavras, dependem de juízos éticos.

Daí que nos preocupemos neste livro, em primeiro lugar, com o desenvolvimento das teorias económicas já estabelecidas e, em segundo lugar, com a análise dos problemas do mundo real com base nas teorias estudadas, tanto quanto possível adaptados ou próximos da realidade.

António Duarte Santos. Doutor em Economia. Mestre em Gestão e Administração Pública pela Universidade de Lisboa. Professor Auxiliar do Departamento de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Autónoma de Lisboa. Investigador do CARS – Centro de Análise Económica de Regulação Social da Universidade Autónoma de Lisboa. Investigador e *Associate Member* do CIEO – *Research Centre for Spatial and Organizational Dynamics* da Universidade do Algarve.

Sandra Ribeiro. Doutora em Economia. Mestre em Economia Monetária e Financeira pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa. Professora Auxiliar do Departamento de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Autónoma de Lisboa. Professora no ISCAL – Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa. Investigadora do Centro de Investigação OBSERVARE – Observatório de Relações Exteriores da Universidade Autónoma de Lisboa.

As escolhas numa economia são constrangidas porque os recursos existentes são escassos, face a desejos ilimitados. Nunca poderemos obter tudo o que desejamos. A análise microeconómica, quando exercitada, serve para apreendermos as consequências das nossas opções no âmbito de toda a sociedade e com o balizamento do fator tempo. Deste modo, a prosperidade e a eficiência são pretensões generalizadas mas não universais. A existência de pobreza é um exemplo disso, tal como o desperdício de recursos, sejam eles naturais, da força de trabalho, do capital físico, do capital humano, dos empresários ou dos expedientes tecnológicos.

Este livro coloca questões que obrigam a escolhas, relembra o sacrifício das preferências e inclina-se sobre alternativas que nos podem ajudar a tomar melhores decisões sobre o uso dos recursos. Pretende, assim, contribuir para uma maior compreensão dos comportamentos dos agentes económicos e da problemática das escolhas e das decisões a um nível introdutório, fortalecendo o aprofundar de conhecimentos de microeconomia numa abrangência de público dilatado e sem necessidade obrigatória de possuir formação exclusiva nesta área do conhecimento.



MICRO ECONOMIA

Exercícios Propostos e Resolvidos

